

O DESAFIO DE FERNANDO HENRIQUE

O calendário eleitoral até que está ajudando o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao adiar a divulgação oficial das medidas de ajuste fiscal para não atrapalhar a eleição de seus aliados nos estados, o presidente aproveita para ganhar tempo. Fernando Henrique sabe que o Fundo Monetário Internacional (FMI) não mudou tanto assim e exige mais que boas intenções para liberar o empréstimo de cerca de R\$ 30 bilhões que ajudará o país a recuperar credibilidade no cenário internacional. Quer a garantia da aprovação das medidas pelo Congresso e o presidente já começou a negociá-las, antes mesmo do anúncio formal do pacote.

Quando se reunir com os líderes dos partidos de sua base de apoio no Legislativo, provavelmente na terça ou quarta-feira, o presidente já terá um mapa das resistências do Congresso e saberá

exatamente onde concentrar esforços. E vai coordenar pessoalmente os entendimentos com os parlamentares.

Deverá pedir aos líderes esforço redobrado, sobretudo para mobilizar deputados que perderam a eleição, indispensáveis para a aprovação das primeiras medidas, que precisam ser votadas até o fim do ano.

O presidente tem pressa. Precisa que o Congresso demonstre, de forma clara, disposição para aprovar medidas difíceis, como o aumento de impostos ou a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. Assuntos que os parlamentares tradicionalmente detestam enfrentar — e várias vezes rejeitaram em plenário.

Na mesa de negociações, Fernando Henrique vai jogar a credibilidade da vitória no primeiro turno da eleição. Terá que ser rápido e tentar aprovar o pacote

e reformas constitucionais no primeiro ano de seu segundo mandato. No ano 2000, há eleições municipais e não existe crise internacional ou desastre nas contas internas que façam um deputado votar qualquer coisa que atrapalhe a vida dos municípios que o elegem. Sem contar os que tentarão uma vaga nas prefeituras.

Passadas as eleições, vem a disputa pela cadeira do próprio presidente. Que começa pelo esfacelamento da base parlamentar. Se em 1994 e em 1998 havia unidade em torno do nome de Fernando Henrique, em 2002 cada um dos partidos que o apoiaram tentará vôo solo. A solução da crise é, portanto, uma corrida contra o tempo. Como foi o tempo político que adiou por uns dias o anúncio do pacote, deixando o presidente fazer as primeiras articulações, será essa mesma lógica que o obrigará a agir já. (LM)